

ser justamente o principal objetivo da pesquisa acadêmica.

No terceiro bloco de textos, são analisadas as questões relativas ao ensino público, e como o anarquismo lida com elas.

O primeiro, “Educação pública como função do Estado” faz uma análise histórica, a partir de uma perspectiva libertária, das ações e intenções do Estado brasileiro em sua trajetória como mantenedor da educação pública. Afirma que, se em momentos anteriores, as escolas estatais tinham como uma das principais funções a promoção da nacionalidade e da submissão à pátria, nos dias atuais o sucateamento das escolas públicas é uma ação proposital, em favorecimento às iniciativas privadas.

No outro texto desse bloco (o mais recente de toda a coletânea), “Escola libertária e legislação autoritária”, Gallo questiona, com Goodwin, a possibilidade de as escolas anarquistas poderem sobreviver em uma sociedade cujos sistemas públicos são de origem burguesa. E com a idéia de sociedades de controle, de Deleuze, discute a prática pedagógica libertária como sendo resistente – a partir de linhas de fuga singularizantes – à formação inquestionável de “bases comuns nacionais”, cujas intenções evidentes são a uniformização do acesso aos saberes e a preparação somente para o mercado de trabalho.

No último bloco de textos, há uma leitura contemporânea dos princípios libertários básicos para a educação.

Em “Educação brasileira contemporânea em uma perspectiva libertária”, questiona a necessidade ou não da existência do nacionalismo. A nação, constituidora de unidades lingüísticas, fronteiras territoriais e de indivíduos, precisa da educação para reafirmar constantemente conceitos tão abstratos quanto projeto nacional e laços

de civismo. Mas, para isso, sucateia a educação e deixa os indivíduos à mercê da propaganda nacionalista veiculada pela mídia.

As contribuições de Michel Foucault (na construção teórica sobre as micropolíticas do poder e as resistências a ele imanes); de Gilles Deleuze (suas análises sobre as sociedades de controle contemporâneas); e Jacques Rancière (sobre o *dissenso* como real política entre diferentes, e o consenso como *polícia* geradora de uniformização) são trazidas no artigo “Anarquismo e filosofias da diferença”, no qual Gallo propõe uma educação libertária como aquela que investe em singularização e práticas sociais de diferença (que não deve ser confundida com desigualdade social).

Para encerrar o livro, o texto inédito “Estúpida retórica: algumas considerações sobre risco, liberdade e educação”, aborda de maneira rápida quase todos os conceitos já vistos nos outros artigos do livro: liberdade, funções da educação estatal, os debates das tendências anarquistas e escolanovistas (liberdade como fim ou meio), e sobre o risco. Aliás, o risco está primordialmente presente nas perspectivas libertárias, pois é somente o assumindo é que se assume a liberdade, podendo lançar-se a um horizonte aberto, de eventos ilimitados, não se prendendo às seguranças irresponsáveis da educação autoritária padrão estatal.

Com Gallo, podemos pensar, portanto que, se as propostas educativas hegemônicas instituídas constituem-se em um processo de subjetivação que fornece aos indivíduos um panorama social e os territorializa nesse padrão, fazendo-os aquilo que se espera deles. Sendo um mecanismo de construção heterônoma, a pedagogia libertária se quer como um processo de singularização, na qual o indivíduo constrói-se a si mesmo em diálogo ativo com os outros

e com o meio, em um mecanismo autônomo que desterritorializa, na construção de territórios sempre novos.

Rodrigo Barchi

Mestre em educação pela

Universidade de Sorocaba e especialista

em educação ambiental pela

Universidade de São Paulo.

E-mail: rbarchicore@uol.com.br

PAIXÃO, Lea Pinheiro e ZAGO, Nadir (org.). Sociologia da educação: pesquisa e realidade brasileira. Petrópolis: Vozes, 2007. 261 pág.

Quais os conceitos sociológicos centrais para a análise dos fenômenos educacionais? Como adensar o diálogo com autores estrangeiros sem perder a especificidade na análise da realidade brasileira? Quais as questões atuais da pesquisa sociológica na educação? Para discutir temáticas como essas, o livro organizado por Lea Paixão e Nadir Zago introduz temas ainda latentes quando o foco se trata da sociologia da educação, e constituindo-se em importante referência para os estudos que pretendem atualizar-se no debate e adensar a reflexão sobre os desafios de novos enfoques, cruzamentos e perspectivas de análise.

É notável o esforço das organizadoras em garantir a diversidade não só temática, mas também geográfica, da produção acadêmica brasileira, do Nordeste ao Sul, passando pelo Sudeste. Produzem, assim, um panorama fundamental da pesquisa na sociologia da educação e das diferenças regionais na produção dos textos. Outra característica deste livro, fruto de um impecável trabalho de organização, é a articulação entre os artigos.

O livro é organizado em duas partes: *Sociologia da educação no Brasil: discussões no campo* e *Pesquisa so-*

*ciológica em educação: problemáticas sobre a realidade brasileira.*

Na primeira parte, voltada para o uso de conceitos sociológicos na análise de fenômenos educacionais, Marília Sposito retoma a tradição iniciada por Florestan Fernandes e a crítica ao excessivo recorte da própria sociologia em várias especialidades. No caso da sociologia da educação, a autora nos alerta para sua arriscada restrição a uma *sociologia da escola*, sem atentar para o fato de que dentro dela estão configuradas tensões, pressões e contradições sociais muito mais amplas que seus próprios muros.

Por sua vez, Ana Maria Almeida aborda a importação direta de conceitos de sociólogos estrangeiros para a análise da realidade brasileira. Questiona, com propriedade, a pertinência da noção de capital cultural elaborada por Pierre Bourdieu para a compreensão das relações de poder no Brasil. Para ela, o uso deste conceito é possível, mas exige o enfrentamento da dificuldade de se caracterizar a própria cultura de elite no Brasil e sua legitimidade.

Encerrando essa primeira parte, Clarice Nunes discute a relação entre sociologia e história da educação, suas tênues fronteiras e intersecções. Seu olhar de historiadora ilumina pontos de isolamento e de contato entre as áreas. Ao estudar as trajetórias de educadores, recorre – sem cair nas armadilhas apontadas por Almeida – às contribuições de Bourdieu e mostra a fecunda interface entre as duas disciplinas.

A segunda parte do livro apresenta oito textos que por várias vezes se comunicam, seja por utilizarem o mesmo autor de referência – Pierre Bourdieu – ou por se preocuparem em discutir problemáticas muito próximas – como questões de gênero ou recortes metodológicos.

Antonio Augusto Gomes Batista lança mão do conceito de capital cul-

tural de Bourdieu para questionar a relação direta, estabelecida pelo senso comum, entre aquisição de benefícios econômicos, sociais e culturais por mulheres professoras e estratégias de matrimônio. Com base em um estudo sobre as trajetórias de professoras de português, provenientes das classes populares, o autor conclui que a maioria se casa com homens que possuem menor escolarização e desenvolvem atividades relacionadas às frações mais baixas das classes médias. Elas, de fato, constroem a própria ascensão social, cultural e econômica em relação às famílias de origem ao cursar o ensino superior de letras e ao trilhar a carreira docente.

Na sequência, Luiz Antônio Cunha e Ana Maria Cavaliere examinam a presença do ensino de religião nas escolas públicas brasileiras, retomando sua origem, desde a obrigatoriedade no período do Império à proibição nas décadas iniciais do período republicano e passando pelo caráter facultativo deste, ainda que atualmente patrocinado pelo Estado. Destacam, entre as mudanças ocorridas nesse processo, a diminuição de católicos e o aumento dos adeptos de igrejas evangélicas. Lembram também que as modificações ocorridas na legislação nacional acabaram por influenciar, de maneira distinta, as redes escolares dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Este com histórica autonomia no que diz respeito à introdução do ensino de religião nas escolas públicas; aquele fortemente marcado pela ênfase no campo religioso, em detrimento da autonomia do ensino laico.

Os três textos seguintes debruçam-se especificamente sobre as desigualdades educacionais. O primeiro deles, elaborado por Nadir Zago, centra-se no acesso ao ensino superior de alunos e alunas provenientes de escolas públicas. Ao contestar os indicadores educacionais que apontam a diminuição das desigualdades durante o ensino fundamental

e médio – aumento dos anos de estudo, diminuição da defasagem idade/série – a autora destaca que, no caso dos setores populares, tal acesso ocorre no ensino privado. Zago também se indaga sobre as conseqüências desse tipo de expansão justamente para aqueles provenientes das classes menos privilegiadas e nos remete a trabalhos anteriores sobre a escassa e tensa capacidade de absorção por parte do mercado de trabalho dessa população escolarizada.

Já Alceu Ferraro e Marília Carvalho examinam as desigualdades educacionais a partir das desigualdades de gênero. Ao analisar diversos censos do IBGE, Ferraro reflete sobre o sucesso das meninas na relação com o fracasso dos meninos, evidente desde a década de 1940. O autor aponta, com fina análise dos dados, o agravamento da situação ao longo dos anos: os homens só conseguem ultrapassar as mulheres na taxa de alfabetização quando atingem a faixa acima dos 40 anos no censo de 2000. A mesma correlação é encontrada nos percentuais de homens e mulheres com oito anos de estudo ou mais, no mesmo censo. Mas, para além da discussão acerca dos índices, o texto nos brinda com importante contribuição para a sociologia da educação. A partir de uma apresentação muito bem construída, enfrenta a polêmica entre pesquisa quantitativa ou qualitativa, demonstrando ser este um falso conflito: os métodos de coleta e tratamento de dados dependem do escopo da pesquisa a ser realizada e por muitas vezes exigem a necessária articulação.

Ainda no tema do fracasso escolar, Marília Pinto de Carvalho também articula com cuidado e precisão as fontes e instrumentos das pesquisas qualitativas e quantitativas e enaltece a contribuição dos conceitos de gênero e raça para a compreensão desse fenômeno educacional. Com base nos critérios de avaliação adotados – explícita ou implicitamente – pelas professoras, a

autora aponta, com perspicácia, os garotos negros como os principais sujeitos desse processo e destaca o caráter subjetivo da avaliação docente, determinante para o sucesso ou o fracasso escolar de garotas e garotos.

A referida coletânea também possui o mérito de articular temas diversos e candentes da sociologia da educação como formação docente, religião, fracasso escolar e relações de gênero. Assim, para quase completar esse rol, o texto de Bernard Charlot trata da juventude, ou como diz o autor, *juventudes* e *juventude* – a primeira por não se tratar de uma única forma de ser jovem e a segunda porque remete ao conjunto de relações entre jovens, adultos e à conjuntura histórica que os define. Para além da discussão acerca do conceito, Charlot apresenta resultados de pesquisa realizada em Sergipe acerca dos valores juvenis, principalmente os relacionados à família, sexualidade, relações amorosas e conjugais.

Encadeado ao texto de Charlot, Lea Paixão adensa a reflexão sobre as desigualdades educacionais a partir de instigante análise sobre o processo de socialização. Tema já antigo na sociologia da educação é iluminado pela autora que retoma o sentimento de impotência das professoras diante

da tarefa que a sociedade parece lhes reservar: a socialização dos jovens. Em contrapartida, ressalta a disparidade entre escolas públicas e privadas quanto à relação estabelecida entre a socialização atribuída às famílias e à escola. Para ela, tanto as classes populares quanto a elite acreditam no papel de socialização da instituição escolar. No entanto, a elite pode atingir seus interesses por meio da escolha do estabelecimento de ensino; já as camadas populares são expostas às escolas públicas que muitas vezes atribuem aos padrões de socialização das famílias as maiores dificuldades do processo de escolarização.

O livro apresenta como último texto o de autoria de Zaia Brandão, sobre a complexidade e a dificuldade de construção de um objeto de pesquisa. Ao invés de apresentar os resultados de investigação por ela coordenada, a autora procura dar visibilidade aos “bastidores” desse trajeto: o percurso, a angústia e os desafios expostos a céu aberto são passíveis de total identificação por aqueles cientes dos percalços que a imaginação sociológica nos impõe. O texto de Zaia Brandão está no lugar certo, não por fechar a publicação, mas por retomar o início: fazer sociologia da educação é um exercício teórico e metodológico intenso, muitas

vezes requisitando certas “impurezas” e rejeitando outras – aquelas que beirariam a promiscuidade acadêmica, se isso fosse possível –, porém repleto de energia e vida.

Entre tantos recortes e temas gostaríamos de sinalizar a falta sentida de temáticas investigadas por autores da própria coletânea. Este é o caso da indisciplina e da violência escolar que, a nosso ver, completariam esta importante publicação. A ausência, porém, não retira a contribuição da obra ao reunir de maneira tão audaciosa as abordagens nela priorizadas.

Mas, por fim, gostaríamos de ressaltar a empresa audaciosa e competente de Lea Paixão e Nadir Zago ao organizarem tão diversos temas, dando-lhes continuidade e fluidez – sem redundar em uma mera somatória de textos e autores. A contribuição dessa obra é certamente ímpar para as questões pertinentes ao campo da sociologia da educação.

*Cláudia Vianna*  
Faculdade de Educação da  
Universidade de São Paulo  
E-mail: cpvianna@usp.br

*Paulo Rogério Neves*  
Mestre em educação pela  
Universidade de São Paulo  
E-mail: neves.paulo@uol.com.br